

**INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018**

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS** (“Instituto”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1

Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1 SP 199692/O-5

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido		
Circulante						
Caixa e bancos	4	1.773	45.218			
Aplicações financeiras	5	3.061.179	2.177.923			
Contas a receber		8.950	40.136			
Outros ativos		1.986	4.854			
		3.073.888	2.268.131			
Não circulante						
Imobilizado	6	27.583	13.049			
		27.583	13.049			
Total do ativo		3.101.471	2.281.180			
Circulante						
Obrigações trabalhistas	7			38.094		116.268
Obrigações tributárias	8			6.059		28.477
Obrigações com projetos	9			591.302		65.000
				635.455		209.745
Patrimônio líquido						
Patrimônio social	11			2.466.016		2.071.435
				2.466.016		2.071.435
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.101.471	2.281.180			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional			
Doações e patrocínios	12	2.150.368	2.611.497
Serviços prestados	13	1.194.566	948.994
Receitas de vendas		-	153
Receita de voluntários	14	79.500	64.000
Receita operacional líquida		3.424.434	3.624.644
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas	15	(402.311)	(623.333)
Pessoal	16	(815.528)	(893.198)
Serviços prestados por pessoa jurídica	17	(1.684.362)	(2.023.178)
Despesas com voluntários	14	(79.500)	(64.000)
Aluguel		(115.600)	(123.000)
Depreciação	6.2	(6.564)	(9.191)
Despesas tributárias		(85.379)	(124.154)
Resultado financeiro		159.391	166.956
Total de despesas operacionais		(3.029.853)	(3.693.098)
Superávit/(déficit) do exercício		394.581	(68.454)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	2018	2017
Superávit/(déficit) do exercício	394.581	(68.454)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>394.581</u>	<u>(68.454)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio Social
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.139.889
Déficit do exercício	(68.454)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.071.435
Superávit do exercício	394.581
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.466.016

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit/(déficit) do exercício	394.581	(68.454)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	6.235	9.191
Baixa do imobilizado	329	-
	<u>401.145</u>	<u>(59.263)</u>
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	31.186	26.164
Outras contas a receber	2.868	(2.868)
Obrigações trabalhistas	(78.174)	(5.098)
Obrigações tributárias	(22.418)	(1.861)
Obrigações com projetos	526.302	(75.000)
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>860.909</u>	<u>(117.926)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo imobilizado	(21.098)	(3.498)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(21.098)</u>	<u>(3.498)</u>
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>839.811</u>	<u>(121.424)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.223.141	2.344.565
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.062.952	2.223.141
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>839.811</u>	<u>(121.424)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

Fundado em 1999 por empreendedores sociais brasileiros com apoio da Fundação W.K. Kellogg, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS foi criado com objetivo de contribuir para a redução das desigualdades sociais no País, promovendo, por meio do investimento social privado, o engajamento das empresas, famílias, indivíduos e comunidades em ações estratégicas transformadoras da realidade.

O foco de atuação do Instituto se utiliza de metodologias participativas, interativas, inovadoras e estratégicas. Para tanto firma parcerias internacional e nacional, além do desenvolvimento institucional contínuo, atuando como líder e influenciador sobre temas que atendem à sua missão, como: investimento social corporativo (responsabilidade social empresarial, marketing relacionado a causas e “*grantmaking*”), investimentos social na comunidade (organizações de filantropia comunitária e empresa na comunidade), investimento social familiar (programa de sensibilização e apoio técnico) e gestão do conhecimento (produção de conhecimento, treinamento e capacitações e disseminação).

O Instituto é entidade qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça, conforme Processo nº 08.026.000.254/2003-01, publicado no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2003, por se enquadrar nos requisitos previstos na Lei nº 9.790/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99. Desde 2018 o IDIS é reconhecido como Entidade Promotora de Direitos Humanos, para os efeitos do disposto no Decreto nº 46.655/02.

Considerado como entidade jurídica sem fins lucrativos, o Instituto é isento de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal. Sua responsabilidade está sobre a obrigatoriedade de retenção de tributos federais, estaduais e municipais sobre serviços tomados de terceiros de acordo com a legislação vigente.

2. Base de preparação e apresentação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros e também pela NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2019.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por recursos em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, com base no regime de competência.

Contas a receber

São registradas e mantidas no balanço pelo seu valor nominal, ajustado ao valor líquido de realização por meio do reconhecimento das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), quando necessário.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante estimativa de perda, aos seus valores prováveis de realização.

Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos valores de custo histórico de aquisição dos bens, deduzidos de depreciação acumulada e ajuste para redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

b. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e variações monetárias incorridos até a data do balanço patrimonial.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa, equivalentes de caixa e contas a receber.

Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

d. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais, são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados na medida em que o Instituto espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos são mensurados com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda destes processos é avaliada como possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada em nota explicativa. Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como perdas remotas, não são provisionados ou divulgados.

e. Apuração do superávit/(déficit) do exercício e reconhecimento de receitas de doações

O superávit/(déficit) do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, conforme Nota Explicativa nº 13.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

As receitas de doações e patrocínios são originadas de doações e patrocínios de pessoas jurídicas, em datas e valores variáveis, sendo registradas contabilmente de acordo com o prazo estimado de finalização dos projetos.

4. Caixa e bancos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o total de caixa e equivalentes de caixa, sem restrições, era composto da seguinte forma:

	2018	2017
Caixa	947	836
Cheques e ordens	806	806
Bancos - conta movimento	20	43.576
	<u>1.773</u>	<u>45.218</u>

5. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o total de aplicações financeiras, sem restrições, era composto da seguinte forma:

		2018	2017
Itaú - 70233 Compr DI	00376-0	911	6.027
Itaú - CDB Automática	00392-1	98.770	118.545
Itaú - 98100-3 Automática	00402-2	-	60.010
Compromissada c/c 8560	00404-9	-	787.131
Itaú Automática 85	00406-5	5.192	93.492
Automática C/C	70233-4	-	93.325
Compromissada DI 9	00409-0	-	107.314
Itaú Fdo. MIX 85600	00423-5	2.732.705	-
Itaú - CDB - C/C 85600	000422-7	223.601	912.079
		<u>3.061.179</u>	<u>2.177.923</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco baixo de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a investimentos em renda fixa considerados conservador e de baixo risco, remunerados a taxa média de 94% a 98%.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

6. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o total de imobilizado, sem restrição, era composto da seguinte forma:

6.1. Composição

Descrição	% Deprec. Ao ano	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	23.910	(22.058)	1.852	2.307
Máquinas e equipamentos	10%	5.452	(4.983)	469	590
Instalações	10%	163	(163)	-	3
Equip. proc. dados	20%	85.509	(60.247)	25.262	10.127
Máquinas para escritório	10%	958	(958)	-	22
		115.992	(88.409)	27.583	13.049

6.2. Movimentação

Descrição	31/12/2017	Acréscimos	Baixas	Depreciação	31/12/2018
Móveis e Utensílios	2.307	-	(329)	(126)	1.852
Máquinas e equipamentos	590	-	-	(121)	469
Instalações	3	-	-	(3)	-
Equip. Proc. Dados	10.127	21.098	-	(5.963)	25.262
Máquinas para escritório	22	-	-	(22)	-
	13.049	21.098	(329)	(6.235)	27.583

7. Obrigações trabalhistas

	2018	2017
INSS a recolher	-	14.548
FGTS a recolher	-	5.822
Provisão de férias	28.535	71.834
INSS s/ provisão de férias	7.276	18.318
FGTS s/ provisão de férias	2.283	5.746
	38.094	116.268

8. Obrigações tributárias

	2018	2017
ISS a recolher	3.711	4.810
PIS s/ folha a recolher	-	728
IRRF a recolher cod. 0561	-	18.068
IRRF a recolher cod. 1708	561	1.052
Cód. 5952 ret. 4,65% - Lei 10.833	1.782	3.281
PIS ret. - Lei 10.833 - Cód. 5979	5	5
ISS retido s/ serviços	-	533
	6.059	28.477

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

9. Obrigações com projetos

Os repasses realizados no ano de 2018 de competência de 2019 no montante de R\$ 591.302 que configuram como obrigações de projetos, com destaque para os projetos com maior volume de recursos listados a seguir.

No ano de 2017 o montante de R\$ 65.000 foi totalmente realizado e consumido no ano de 2018, sendo reconhecido e baixado do item de obrigações com projetos.

- (a) Iniciativa de incentivo à filantropia comunitária: tem como objetivo o mapeamento de organizações que operam ou que desejam operar como uma organização comunitária, destacado no item 13 das notas explicativas, equivalente a 26% das obrigações com projetos;
- (b) Campanha por uma Cultura de Doação: desenvolvimento de campanha nacional que combata as barreiras à doação identificadas na Pesquisa Doação Brasil, estimulando a doação no Brasil, equivalente a 26% das obrigações com projetos;
- (c) Advocacy de Fundos Patrimoniais: o advocacy engloba projeto pela defesa de causa afim ao Investimento Social Privado e o apoio à elaboração de políticas públicas. Nesse projeto em questão, com o apoio de parceiros e apoiadores, busca-se a regulamentação dos fundos patrimoniais por meio de articulação, eventos, geração e disseminação de conhecimento, publicações e outras iniciativas com vistas a aprovação de projeto de lei que beneficie as organizações da sociedade civil, equivalente a 17% das obrigações com projetos;
- (d) Charities Aid Foundation (CAF): apoio institucional no fortalecimento da capacidade operacional e desenvolvimento de projetos estratégicos, equivalente a 22% das obrigações com projetos.

10. Contingências

Em 31 de dezembro de 2018 o Instituto não possuía nenhum montante provisionado contabilmente que compreenda processos ou ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista, ou societária, bem como qualquer contingência, caracterizadas como risco provável por nossos assessores jurídicos e também não houve apontamento pelos nossos assessores jurídicos de processos caracterizados como risco possível.

11. Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido dos superávits e déficits apurados anualmente e destinados à manutenção do seu objeto social, desde a data da constituição do Instituto, além de fundo patrimonial composto pela doação de bens não monetários.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

12. Receitas de doações e patrocínios

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Doações e patrocínios	2.150.368	2.611.497
	<u>2.150.368</u>	<u>2.611.497</u>

As doações correspondem a recursos captados em dinheiro e/ou serviços destinados ao cumprimento do objeto social do Instituto.

No ano de 2018 o IDIS recebeu doações e patrocínios para realização da 7ª edição do Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais, apoio para a Campanha por uma Cultura de Doação, além de doação institucional da Apax Partners.

Entre os projetos desenvolvidos pelo IDIS destaca-se:

- **Financiador:** Fundação Mott
- **Nome:** Iniciativa de incentivo à filantropia comunitária

Objetivo de mapear as organizações que operam ou que desejam operar como uma organização comunitária, procurando entender suas potencialidades, aspirações, ativos, necessidades e desafios e explorando a melhor forma de fomentar e apoiar o desenvolvimento dessas organizações, ajudando-as a fortalecer suas capacidades e otimizar o impacto no território. A iniciativa também propôs identificar caminhos para aproximar os filantropos e investidores sociais do conceito de organizações comunitárias, tornando-o mais relevante na filantropia e no investimento social privado no Brasil

O recurso para aplicação desse projeto é de R\$ 447 mil.

13. Receitas de prestação de serviços

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestação de serviços	1.260.084	994.730
ISS	(65.518)	(45.736)
	<u>1.194.566</u>	<u>948.994</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

O Instituto realiza trabalhos de divulgação de conhecimentos técnicos relativos à filantropia, os quais são contabilizados como receitas de serviços prestados a investidores sociais, sejam eles incorporações, indivíduos ou famílias que queiram aplicar recursos em projetos ou ações sociais. Esses serviços são prestados por meio de assessoria e apoio técnico, em que o Instituto identifica com o investidor as diversas opções de atuação na área social e orienta a melhor prática para que os recursos disponíveis para ações sociais sejam usados de maneira mais eficiente, além de capacitar e desenvolver recursos humanos de organizações da sociedade civil.

14. Trabalho voluntário

Em atendimento à Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, o IDIS registrou contabilmente em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 75.900 como trabalho voluntário dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal, o que inclui o apoio às ações de advocacia dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos e R\$ 3.600 como trabalho voluntário de colaboradores e parceiros, totalizando em R\$ 79.500. No ano de 2017 o IDIS registrou um total de R\$ 64.000 de trabalho voluntário.

O montante é contabilizado em conta específica de receita e lançado em contrapartida em conta específica de despesa, não afetando o resultado do período e não ocorrendo desembolso financeiro pelo IDIS.

15. Despesas administrativas

	2018	2017
Despesas com viagens	(155.029)	(181.395)
Despesas com manutenção (a)	(1.018)	(112.123)
Promoção de eventos	(50.841)	(92.118)
Condomínio	(36.239)	(42.548)
Medicamentos (a)	-	(39.506)
Cursos e treinamentos (b)	-	(29.280)
Material de escritório	(9.204)	(21.831)
Lanches e refeições	(63.156)	(19.941)
Telefone	(14.876)	(19.391)
Locações	(26.930)	(18.556)
Despesas com correio/cartório/xerox	(3.213)	(18.336)
Condução	(15.225)	(10.543)
Outras	(26.580)	(17.765)
	(402.311)	(623.333)

(a) As despesas com manutenção e medicamentos no ano de 2017 referem-se a compra de materiais para implantação das tecnologias sociais Banheiro Ecológico Ribeirinho (madeiras e materiais de construção) e Hb de combate à anemia ferropriva (medicamentos), do projeto TSA, conforme convênio de cooperação financeira celebrado entre o IDIS e a Fundação Banco do Brasil, processo administrativo 15.486;

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

- (b) As despesas com cursos e treinamentos no ano de 2017 correspondem a bolsas de estudo para professores e alunos da Universidade do Estado do Amazonas, do projeto TSA, conforme convênio de cooperação financeira celebrado entre o IDIS e a Fundação Banco do Brasil, processo administrativo 15.486.

16. Despesas com pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e ordenados	(481.822)	(526.511)
INSS	(149.497)	(160.464)
FGTS	(46.782)	(50.342)
Férias	(63.831)	(62.355)
13º salário	(46.368)	(47.877)
Assistência médica e social	(1.146)	(1.628)
PIS s/ folha de pagamento	(6.281)	(6.325)
Estagiários	(9.684)	(22.937)
Vale transporte	(1.814)	(4.045)
Vale refeição	(8.303)	(10.714)
	<u>(815.528)</u>	<u>(893.198)</u>

17. Serviços prestados por Pessoa Jurídica

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Assessoria jurídica	(47.629)	(24.146)
Honorários contábeis	(42.049)	(42.511)
Processamento de dados	(323.429)	(138.879)
Prestação de serviço - autônomos	(1.894)	-
Outros serviços prestados por PJ	(1.269.361)	(1.817.642)
	<u>(1.684.362)</u>	<u>(2.023.178)</u>

18. Isenções tributárias

Os efeitos das isenções tributárias usufruídas pelo Instituto nos exercícios de 2018 e 2017 podem assim ser demonstradas:

Tributo	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	338.204	330.996
Contribuição Social s/ Lucro Líquido - CSLL	123.913	121.319
Contribuição Financ. Seguridade Social - COFINS	108.187	110.141
Programa de Integração Social - PIS	23.440	23.864
	<u>593.744</u>	<u>586.320</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

As premissas para cálculo dos tributos foram o cálculo do imposto de renda e da contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A COFINS e o PIS foram apuradas pelo regime cumulativo, sendo o segundo demonstrado pela diferença entre o regime cumulativo e o já efetivamente recolhido sobre a folha de pagamento.

19. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem contas a receber, outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa, cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado.

20. Cobertura de seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, em virtude de suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

21. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações do Instituto.

**INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018**

BDO